



**Tutmés Airan**  
& Advogados Associados  
"Na Luta pelo Direito"

Avenida Deputada Ceci Cunha, 480, Brasília, Arapiraca/AL – CEP.: 57.312-675

**Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Arapiraca – Estado de Alagoas.**

**MARIA LUCIANA CORREIA DA ROCHA**, brasileira, viúva, autônoma, inscrita no RG 3041777-5 SSP/AL e CPF 067.919.584-05, residente e domiciliada no Povoado Bom Jardim, 10, Bom Jardim, 57.300-000, Arapiraca/AL, por seu procurador infra-assinado (**Doc. 01**), vem à presença de Vossa Excelência, para intentar

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

em face da **SEGURADORA BRADESCO S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 33.055.146/0001-93, com endereço na Rua do Imperador, 272, Centro, Maceió/AL, CEP.: 57.020-670, face aos seguintes fatos e fundamentos.

### **DOS FATOS**

No dia 21/07/2008, o esposo da Promovente Sr. José Valdinney Filho, veio a falecer quando conduzia o veículo pertencente ao Sr. José Edmilson Ferreira César, conforme podemos observar através do Boletim de Ocorrência emitido pela Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito de Arapiraca, bem como da Certidão de Óbito em anexo.

Registre-se, Excelência, que o Sr. José Valdinney deixou três filhos sendo: Vivian Amélia da Silva, filha de Andréa Francisca da Silva; e dois outros filhos como uma outra mulher.

Dessa forma, a parte Promovente vem pleitear a sua cota parte do seguro DPVAT, conforme estabelece a Lei n.º 11.482/07, em seu artigo 8º, inciso I.

### **DO DIREITO**

Dessa forma, o artigo 8º, I, da Lei n.º 11.482/07, prevê:

**Art. 8º Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:**

**"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;**

Assim, cabe a seguradora conveniada pagar a indenização do seguro DPVAT a Promovente, uma vez que seu esposo foi vítima de acidente automobilístico, vindo a falecer.

Como dito acima, a vítima deixou (03) três filhos. Desta forma, a Promovente tem o direito ao recebimento do valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), devendo o restante ser dividido entre seus herdeiros legais.

### **DO REQUERIMENTO**

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

**a)** Designar Audiência de Conciliação e Instrução e Julgamento, para o mesmo dia, citando a empresa Promovida, sob pena de revelia à falta de comparecimento em tal audiência, conforme art. 20 da Lei 9.099/95;

**b)** Que seja julgado procedente o pedido, para condenar a empresa Promovida a pagar o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), conforme prevê a Lei n.º 11.482/07, art. 8º, I, acrescido de juros e correção monetária a partir da citação.

**c)** A condenação da Promovida nos honorários de advogado dos autores, na razão de 20% do valor da condenação e nas custas judiciais, em caso de recurso.

Termos em que, requer todos os meios de provas admitidos em Direito.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Arapiraca (AL), 26 de agosto de 2008.

**Rogério Cavalcante Lima**

OAB/AL 6.719